

PORTARIA nº 563 de 10/06/2022

**O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 291/2020, resolve: excepcionalmente, conforme processo SES 93539/2022, conceder **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSES PARTICULARES, SEM REMUNERAÇÃO**, de acordo com o artigo 77, da Lei 6.745/85, com redação dada pelo artigo 5º da Lei Complementar nº 605 de 18/12/2013, ao servidor **JAMIL YAHUZA FELIPPE, matrícula nº 294.662-9-01**, nível GEPRO-SES-12-J, com atribuição de exercício no Hospital Santa Teresa, na competência de Técnico em Atividades Administrativas, a contar de 01/01/2023, pelo período de 3 anos.

**LUCIANO JORGE KONESCKI**  
**SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**  
Cod. Mat.: 831776

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE**  
**DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO.**

**A DIRETORIA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA** da Secretaria de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 44 do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Estadual nº 4.793/94 e o inciso III do artigo 64 da Lei Estadual nº 6.320/83, notifica o autuado relacionado no Anexo Único, deste Edital, a tomar ciência quanto ao **Auto de Infração abaixo relacionado**. Poderá ser apresentada defesa e/ou impugnação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da efetiva notificação, na forma do artigo 66 da Lei Estadual nº 6.320/83. A documentação relativa à autuação encontra-se à disposição do autuado na Diretoria de Vigilância Sanitária, na Av. Rio Branco, 152, Centro, Florianópolis/SC.

Florianópolis, 13 de junho de 2022

Lucélia Scaramussa Ribas Kryckiy

**ANEXO ÚNICO**

O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infração com o seguinte histórico:

**1. AUTUADO:** MOAGEIRA ANTA GORDA LTDA. - ME

CNPJ/CPF: 83.400.879/0001-96

PROCESSO Nº SES 00071791/2022

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº** 10000016175/22.

**Infração Cometida:** As registradas no Auto de Infração citado acima.

**ENQUADRAMENTO LEGAL DA INFRAÇÃO:** Artigo 61 caput inciso XXX, da Lei Estadual n. 6.320/83; c/c Art. 33 caput e parágrafo único do Decreto Estadual nº 562 de 17 de abril de 2020, e arts. 1º, 2º e 3º da Portaria SES nº 266 de 22 de abril de 2020.

Cod. Mat.: 831881

**Colegiado Superior de Segurança**  
**Pública e Perícia Oficial**

**Polícia Militar**

**POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA**  
**COMANDO DE POLICIAMENTO MILITAR AMBIENTAL**  
**EDITAL DE CITAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO**

**CITAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO**

Nos termos do artigo 79, §1º, da Portaria conjunta IMA/CPMA 143/2019, considerando que o autuado não foi localizado, venho citar Elton Eder Minatti, CPF 034.032.XXX-XX, da lavratura do **Auto de Infração Ambiental nº 7995-E e Termo de Embargo nº 9064-E**, o qual gerou o **Processo Administrativo Ambiental nº 21123.2021.69346**, pela conduta de "Impedir a regeneração natural de vegetação nativa atingindo uma área de 0.026 hectares, considerada de preservação permanente (margem de curso d'água), através da atividade de terraplanagem, construção de um muro de concreto, e a instalação de um container para moradia, sem a autorização dos órgãos ambientais competentes; Grau de lesividade Médio I conforme a Portaria conjunta 143/2019 IMA-CPMA-SC; Nas coordenadas referência: 22 J 707853-6981142 Datum WGS-84.", abrindo o prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa prévia a contar da data da publicação.

Balneário Camboriú-SC, 09 de junho de 2022.

**Brianna Tosetto de Souza**

Autoridade Ambiental Julgadora

Comandante do 4ºPEL/1ªCia/1ºBPMA/CPMA

Cod. Mat.: 831603

**DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL**

**Processo:** 21110201853363. Interessado: João Antonio Ramos da Silva, CPF: 514.237.XXX-XX. **ATIVIDADE:** Ter em cativeiro (em gaiolas) 15 (quinze) aves da fauna silvestre brasileira, não constantes na lista oficial de animais ameaçados de extinção sem licença ou autorização do órgão ambiental competente. **DECISÃO:** Pelo exposto a Autoridade Ambiental Fiscalizadora decidiu: APLICAR a penalidade de multa simples no valor de R\$ 6.750,00 (seis mil e setecentos e cinquenta reais), constante do Auto de Infração nº 48452-A; o perdimento das aves silvestres constantes do Termo de Apreensão e Depósito n. 42427-A; e a destruição das gaiolas.

Florianópolis-SC, 30 de março de 2022.

**Renata Bousfield**

Autoridade Ambiental Fiscalizadora

Cod. Mat.: 831605

**POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA - ESPÉCIE:** Termo de Convênio nº PMSC19930/2022. **PARTICIPES:** Município de São Cristóvão do Sul e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. **OBJETO:** Manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 2 anos, a contar da data de publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 13 de junho de 2022. **SIGNATÁRIOS:** Ilse Amélia Leobet, pelo Município, e André Cartaxo Esmeraldo, pela PMSC.

Cod. Mat.: 831728

**POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA - ESPÉCIE:** Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº PMSC31957/2021. **PARTICIPES:** Município de Concórdia e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. **OBJETO:** Prorroga a vigência para mais 12 meses. **VIGÊNCIA:** a contar da Publicação em DOE. **DATA:** Florianópolis, 13 de junho de 2022. **SIGNATÁRIOS:** Jaderson Miguel Prudente, pelo Município, e André Cartaxo Esmeraldo, pela PMSC.

Cod. Mat.: 831732

**Processo Administrativo por Inadimplência Contratual (PAIC) nº 003/DALF-CT/2019 - SGP-e: PMSC 25497/2019**

**DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

O Coronel PM Diretor de Apoio Logístico e Finanças da PMSC, no uso das atribuições conferidas pelo art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666/1993, art. 9º da Lei nº 10.520/2002, e em consonância ao disposto no art. 4º, II, da Portaria nº 146/PMSC/2021, publicada no DOE/SC nº 21.053, em 19 de abril de 2021 c/c Portaria nº 519/PMSC/2021, publicada no DOE/SC nº 21.676, de 28 de dezembro de 2021, e em observância ao processo administrativo instaurado em desfavor da empresa ELIANE MARIA LOURENÇO LTDA, CNPJ 04.778.485/0001-08, relativo à execução do Contrato Administrativo nº 519/PMSC/2016, objeto do Pregão Presencial nº 021/PMSC/2016, após apresentação de recurso administrativo na forma do art. 109, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa analisar o recurso.

(...)

Em face do exposto, após análise do recuso apresentado pela empresa, na forma do § 4º do artigo 109 da Lei Federal 8.666/93, após reconsideração, **RESOLVO:**

1. Conhecer e **ACOLHER PARCIALMENTE** as alegações da empresa, **REFORMANDO PARCIALMENTE** a decisão, para **MANTER** a multa aplicada, conforme previsto na Clausula Décima do Contrato Administrativo Nº 519/PMSC/2016, na forma do parágrafo 2º, inciso II, alínea "c", qual prevê multa de até 20%, qual REDUZO e fixo em 0,2% (zero virgula dois por cento) do valor do contrato (R\$ 1.428.540,00), ficando estabelecida a penalidade de MULTA de R\$2.857,08 (dois mil e oitocentos e cinquenta e sete reais e oito centavos);

2. À Seção de PAIC/DALF para:

- Publicar a decisão no Diário Oficial do Estado (DOE) e Boletim Eletrônico PMSC;
- Identificar a empresa ELIANE MARIA LOURENÇO LTDA, CNPJ 04.778.485/0001-08, por meio de seus advogados constituídos, da presente decisão;
- Emitir a guia de depósito identificado para o pagamento da multa sancionatória pela empresa;
- Providenciar a inclusão da penalidade de multa no Cadastro de Penalidades do Estado (CADPEN) da empresa em questão até que comprove nos autos o recolhimento da multa;
- Por fim, após as formalidades legais, os autos devem ser arquivados.

Florianópolis, 13 de Junho de 2022

Documento assinado eletronicamente

**André Cartaxo Esmeraldo****Coronel PM Diretor de Apoio Logístico e Finanças**

Cod. Mat.: 831751

**POLÍCIA MILITAR – EXTRATO DE RESCISÃO DE TERMO DE COMPROMISSO DO PROGRAMA “NOVOS VALORES”, referente ao projeto atividade 11816 da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de 25.01.2012. Estagiária: GRAZIELI FERREIRA; Termo de Compromisso nº 34; Data da Rescisão:10/06/2022. Lotação: 4020000000 - COMANDO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL - BOL - FLORIANÓPOLIS. A estagiária em questão executava suas atividades na OPMA de Balneário Camboriú. FÁBIO HENRIQUE MACHADO – Cel PM Comandante da Polícia Militar Ambiental. Florianópolis, 13 de junho de 2022.**

Cod. Mat.: 831766

**PORTARIA Nº 236/PMSC de 09/06/2022.**

**DESIGNO**, com base no Art. 22, inciso XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 5º da Lei Complementar nº 380/07, e o § 4º do Art. 10 do Decreto nº 333/07 e LC 767/2020 e com Decreto-Lei 1274/2021, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado – **Oswaldo Osmar Sagaz**, Subtenente PM RR Mat. 916405-7 a contar de 13/06/2022, **Edson Luiz Grezowski**, Subtenente PM RR Mat. 907343-4, a contar de 14/06/2022, **Teodoro Guerino Agostini**, Subtenente PM RR Mat. 920332-0 a contar de 15/06/2022.

**MARCELO PONTES**

Coronel PM Comandante-Geral da PMSC

Cod. Mat.: 831893

**Polícia Civil****PORTARIA Nº 428/PCSC/DGPC/CORPC, de 01/06/2022.**

**A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina**, por seu Corregedor-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da **Sindicância Acusatória nº 42/2021**, na qual é sindicado o servidor de matrícula nº 650.542-2, mandada instaurar pela Portaria nº 1004/PCSC/DGPC/CORPC, de 20/10/2021, publicada no D.O.E. nº 21.647, de 16/11/2021, com efeitos a contar do dia 14/06/2022.

**Alessandro de Sousa Isoppo**

Corregedor-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 828561

**PORTARIA Nº 036/SSP/DGPC/GEPLA, DE 20 DE MAIO DE 2022.**

**O Delegado-Geral da Polícia Civil**, no uso das atribuições estabelecidas no art. 9º, inciso IV, do Decreto 348, de 13 de novembro de 2019, e, tendo por fundamento o art. 117, combinado com o art. 184, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **Resolve:**

**Art. 1º** - Dispensar o servidor **VINICIUS BENEDET BRANDÃO** – Matrícula 981.496-5, cargo de Delegado de Polícia Civil, das funções de acompanhamento e fiscalização, como titular, da execução do Acordo de Cooperação Técnica nº 2020TN001567, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Polícia Civil, e a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina – OAB/SC, tendo por objeto a “disponibilização, pela Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, de espaço nas unidades policiais para atendimento pelos advogados, em caso de atendimento na Central de Plantão Policial ou Central Regional de Plantão Policial, principalmente nos períodos de Plantão, em decorrência de condução que ensejará a lavratura de procedimento flagrancial, de modo a possibilitar o atendimento ao conduzido e acompanhamento por ocasião do interrogatório, assim como no atendimento às vítimas de violência doméstica que busquem a Delegacia Especializada de Proteção à Mulher (DPCAM) ou a Delegacia da Polícia Civil para orientações jurídicas iniciais”.

**Art. 2º** - Designar o servidor **ALBINO SOUZA DE ARAUJO** – Matrícula 253.516-5, cargo de Delegado de Polícia Civil, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do Acordo de Cooperação Técnica nº 2020TN001567, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Polícia Civil, e a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina – OAB/SC, tendo por objeto a “disponibilização, pela Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, de espaço nas unidades policiais para atendimento pelos advogados, em caso de atendimento na Central de Plantão Policial ou Central Regional de Plantão Policial, principalmente nos períodos de Plantão, em decorrência de condução que ensejará a lavratura de procedimento flagrancial, de modo a possibilitar o atendimento ao conduzido e acompanhamento por ocasião do interrogatório, assim como no atendimento às vítimas de violência doméstica que busquem a Delegacia Especializada de Proteção à Mulher (DPCAM) ou a Delegacia da Polícia Civil para orientações jurídicas iniciais”, cuja vigência iniciou em 02/12/2020 e encerra-se em 01/12/2025.

**Art. 3º** - Ao fiscal ora designado na forma do artigo anterior, sob pena de responsabilidade, compete o fiel cumprimento do disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que se dará pelo cumprimento das responsabilidades constantes no anexo único desta portaria